



## IMPACTO DA CABANAGEM NA REDE URBANA DA PROVÍNCIA DO GRÃO PARÁ: 1835-1850

Luciana Alem Gennari <sup>1</sup>  
Lucia Helena Pereira da Silva <sup>2</sup>  
Anna Carolina de Abreu Coelho <sup>3</sup>

### RESUMO

A organização político-administrativa do Grão Pará nas primeiras décadas do século XIX mantinha a estrutura herdada do período colonial, cuja ocupação havia ocorrido inicialmente em função da defesa na região. Uma parte significativa dos núcleos e aglomerações urbanos durante a primeira metade do século XIX era de povoados, aldeias, fortes, lugares, sedes de freguesias e vilas, que tiveram sua origem em aldeias ou ocupações por tribos indígenas, e uma única cidade, Belém, que capitaneava os processos decisórios. A Cabanagem foi um movimento que eclodiu em 1835 na província do Grão Pará, congregando grupos sociais heterogêneos em torno de diferentes projetos políticos que já vinham se desenhando no território junto com suas diferentes formas de apropriação desde meados do século XVIII. O objeto deste trabalho é analisar o impacto sobre a rede urbana, que era formada por pequenos núcleos e foi palco das disputas e que, ao fim e ao cabo, garantiram a manutenção da região ao Estado Imperial. Dentro do que Azevedo (1956) denominou de “geografia urbana retrospectiva”, serão exploradas as possíveis definições de rede urbana para a região e como esta rede foi utilizada na organização do território pós-Cabanagem, articulando-a ao contexto político-administrativo até 1850. Para essa discussão foram tabulados os dados levantados no dicionário de Saint-Adolphe (1845) e a Corografia de Baena (1839), cartografados na base de Niemeyer (1846). O resultado mostra como essa “cartografia em prosa” trazia uma representação do Grão-Pará marcada pelas disputas políticas e ideológicas de uma nação em construção.

**Palavras-chave:** Geografia Histórica, Província do Grão-Pará, Urbanização Brasileira, Saint Adolphe.

### ABSTRACT

The political and administrative organization of Grão Pará in the first decades of the 19th century maintained the structure from the colonial period, whose occupation had initially occurred as a result of the defense of the region. A significant part of the urban centers and agglomerations during the first half of the 19th century were agglomerations, villages, forts, places, parish seats and towns, which had their origins in villages or occupations by indigenous tribes, and a single city, Belém, which captained the decisional processes. The Cabanagem conflict was a movement that broke out in 1835 in the province of Grão Pará, bringing together heterogeneous social groups around different political projects that had already been taking shape in the territory along with its different forms of appropriation since the mid-18th century. The purpose of this essay is to analyze the impact on the urban network, which was made up of small settlements and was the scene of disputes which, in the end, guaranteed that the region would remain in the hands of the Imperial State. Within what Azevedo (1956) called "retrospective urban geography", we will explore the possible definitions of the urban network for the region and how this network was used in the organization of the post-Cabanagem territory, linking it to the political-

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, luciana.gennari@eng.uerj.br;

<sup>2</sup> Professora Associada e Docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - RJ, lucia.silva@ufrj.br;

<sup>3</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - PA, annacarolinaabreu@unifesspa.edu.br.



administrative context until 1850. For this discussion, the data collected in Saint-Adolphe's dictionary (1845) and Baena's Corography (1839) were tabulated and mapped on Niemeyer's base (1846). The result shows how this "cartography in prose" showed a representation of Grão-Pará marked by the political and ideological disputes of a nation under construction.

**Keywords:** Historical Geography, Province of Grão-Pará, Brazilian Urbanization, Saint Adolphe.

## INTRODUÇÃO

A Cabanagem foi um movimento que eclodiu em 1835 na província do Grão Pará, região que hoje abriga os estados do Amapá, Roraima, Rondônia, Amazonas e Pará, contrário ao governo central representado naquele momento pelas Regências. Este movimento congregou grupos sociais heterogêneos e durou cerca de cinco anos em torno de diferentes projetos políticos que, apesar de terem emergido na década de 1830, já vinham se desenhando no território junto com suas diferentes formas de apropriação e ocupação desde meados do século XVIII. Este foi um momento de diversos conflitos no campo político, que diziam respeito à geopolítica interna e externa, na relação com o restante do país (o novo Estado Imperial) e com os países fronteiriços (os limites com o novo Estado). Eles eclodiram por diferentes camadas de lutas sociais no Alto e Baixo Amazonas, passando pelo alinhamento de diversos interesses das elites locais que buscavam a ampliação de seus poderes, tanto quanto pelas disputas da população por mais espaço nos campos decisórios, direitos e autonomia.

Uma parte significativa dos núcleos e aglomerações urbanos durante a primeira metade do Oitocentos era de povoados, aldeias, fortes, lugares, sedes de freguesias e vilas, que tiveram sua origem em aldeias ou ocupações por tribos indígenas. A cidade de Belém conduzia os processos decisórios, tendo sido simbolicamente apropriada após os conflitos através de uma reforma urbana que primava pela construção de espaços de poder. Até a emancipação política do Brasil, a região foi política e economicamente fortalecida pelo projeto português de ocupação, no estabelecimento de uma rede de vilas e povoados que buscavam reiterar o domínio luso na região. Havia uma significativa presença portuguesa no comando administrativo e econômico e isto conflitava com os interesses da população local, que aspirava autonomia e melhoria das condições de vida.

Essa rede urbana capitaneada por uma única cidade e capital da província, Belém, foi o palco da Cabanagem, visto que o movimento e a sua repressão foram, na prática, o processo de disputa para tomar e retomar os núcleos urbanos localizados às margens dos rios na extensa região. Após o conflito houve um conjunto de ações que visaram disciplinar a vida da população

desse movimento em pequenos aglomerados, visto que continuavam sendo um importante instrumento de controle e ordenamento do território. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar o impacto desse movimento, que teve como consequência a perda de cerca de 30% da população da província, sobre a rede urbana, que foi palco das disputas e era formada por pequenos núcleos que, ao fim e ao cabo, garantiram a manutenção da região ao Estado Imperial.

## METODOLOGIA

Este trabalho tem por objeto o processo de urbanização pretérito na região norte e, como tal, utiliza os instrumentos metodológicos comumente privilegiado pela Geografia Histórica. O objetivo é compreender as dinâmicas de ocupação que se assentaram em diferentes lógicas (políticas, sociais, territoriais, tecnológicas etc.), que desapareceram ou se após a Cabanagem e que ainda estão presentes na morfologia das redes e de seus núcleos, em ruas e edificações, o que Azevedo (1956) denominou de “geografia urbana retrospectiva”. A gestão do território se assentava nas vilas que controlavam o fluxo do uso dos rios, sempre em lugares estratégicos. Ela envolveu o estabelecimento de hierarquias jurídicas, que estavam ancoradas na existência de povoações, vilas e uma única cidade, que foram impactadas pelas decisões administrativas, tanto quanto por levantes sociais, nas formas de resistências ou adesões ao projeto imperial e lutas separatistas. Para isso, foram exploradas as possíveis definições de rede urbana para a região e como esta rede foi utilizada na organização do território pós-Cabanagem, articulando-a ao contexto político-administrativo até 1850, quando a província do Amazonas foi instituída, desmembrada da província do Grão Pará.

Cabanagem foi um movimento com múltiplos objetivos, que ocorreu na região norte entre os anos de 1835 e 1840. A população e a classe dominante, apesar de terem demandas diferentes, tinham algo em comum: não viram mudanças significativas com a independência. De um lado, a população mais pobre aspirava ter mais autonomia na administração, enquanto as classes dominantes, mais ligadas a Portugal, tinham laços frágeis com o novo estado que estava se constituindo.

Este artigo é parte de um projeto em andamento que envolve uma rede de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e que trabalham sobre os múltiplos aspectos que envolveram o processo de urbanização brasileiro na primeira metade do século XIX, coordenada pela prof<sup>a</sup> Fania Fridman. O principal objetivo desse projeto é apresentar dados quantitativos e qualitativos resultantes de levantamentos referentes à rede urbana, que deverão




seu tabulados e cartografados. O projeto tem como centralidade, ou seja, como fonte comum a todas as províncias, o “Diccionario Geographico, histórico e descriptivo do Império do Brasil”, produzido por Saint-Adolphe em 1845 (SAINT-ADOLPHE, 1845). Para o presente trabalho foram também utilizadas as obras de Aires Casal, “Corografia brasílica” (CASAL, 1817), e de Ladislau Baena, “Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará” (BAENA, 1839), além da cartografia da região do rio Amazonas produzida por Spix e Martius (1831) e a “Carta corographica do Império do Brazil”, organizada em 1846 por Conrado Niemeyer (1846).

São considerados neste estudo como núcleos ou aglomerados urbanos todos os assentamentos que apresentassem alguma concentração de estruturas materiais com usos diferenciados, como moradia, defesa ou institucional, que estivessem ligados por um caminho terrestre ou fluvial e que tivessem algum tipo de economia, catalisando ou centralizando atividades econômicas. A ideia é entender como estava organizada esta estrutura e a sua lógica de expansão.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A organização político-administrativa do Grão Pará nas primeiras décadas do século XIX mantinha a estrutura herdada do período colonial, cuja ocupação havia ocorrido inicialmente em função da defesa às incursões dos franceses, holandeses e ingleses na região. Antes dos portugueses ocuparem as terras amazônicas já havia uma rede de fortes holandeses e ingleses que atuavam como praças comerciais e defensivas (CRUZ, 1973). Em torno dessas fortificações, a produção agrícola era organizada, atraindo a população local para as trocas comerciais. Essa rede defensiva, às margens dos rios, pode ser pensada neste contexto como os primeiros núcleos urbanos na região, uma vez que elas aglutinavam a produção do entorno e possibilitavam o escoamento da produção. O desmonte dessa rede foi o primeiro objetivo da campanha portuguesa para garantir a colonização da região.

A partir da ocupação portuguesa do vale do rio Amazonas, em 1615, até a segunda metade do século XVIII, toda a organização político-administrativa e a divisão territorial partiam e dependiam da Metrópole, lembrando que até 1640 não havia incompatibilidade na ocupação de terras que, em princípio, pertenciam à Espanha, visto que a União Ibérica garantia a legitimidade de sua posse. As complexas questões relacionadas ao estabelecimento das fronteiras na região amazônica dependiam das incursões militares, da organização das missões religiosas, da caça aos índios e da colheita das drogas do sertão, com a instalação de feitorias (CHAMBOULEYRON, 2006). As ordens religiosas, em especial a dos jesuítas, instalaram



missões ao longo dos rios dividindo com as capitâneas reais e particulares a ordenação do território.

Na capitania real do Pará (pertencente à Coroa) foi fundada a cidade de Belém, rivalizando com São Luís o comando da região. Para impedir as invasões de ingleses, franceses e holandeses e garantir o território à Portugal, foram construídos ao longo dos rios vários tipos de aglomerados urbanos sob a tutela do Estado do Maranhão e do Grão Pará. Segundo Azevedo (1956), quatro vilas foram criadas ainda no século XVII: Vila Viçosa da Santa Cruz do Cameté (1632), Vila Sousa de Caeté (1634), Vila Santo Antônio do Gurupi ou Gurupá (1624) e Vila Nossa Senhora de Nazaré da Vigia (1693). As três primeiras eram sedes de capitâneas particulares, doadas pelo rei em mercês (por merecimento), e foram fundadas por seus donatários.

Nesse contexto, essas vilas podem ser consideradas exemplos daquilo que Azevedo (1956) denominou de “boca do sertão”. Além da cidade e das quatro vilas, havia uma infinidade de pequenos aglomerados, dos quais as aldeias (“índios mansos”) eram a maioria, junto com os aldeamentos dirigidos por ordens religiosas (as missões), as feitorias (locais de trocas) e as fortificações. O entorno dessas localidades acabava ainda por atrair uma população que se dedicava ao cultivo sistemático da terra e, dessa forma, colaborava para o cumprimento de um dos propósitos das estratégias de ocupação territorial (CHAMBOULEYRON, 2006).

Azevedo (1956) se referiu a este sistema como uma pequena rede urbana da região norte, que foi produto de uma política urbanizadora artificial orientada pela geopolítica, mas que nem sempre estava em sintonia com a capacidade de execução e controle do Estado, levando-se em consideração a dinâmica cotidiana da população. Se a extensa área exigia que uma política de ocupação atuasse ela mesma como um instrumento de ordenamento e controle territorial, centralizando sua administração na cidade e nas vilas existentes, essa administração não poderia adotar uma estratégia que desvinculasse a infinidade de aglomerados (urbanos ou não) existentes ao longo dos rios e dos esparsos caminhos do número reduzido de vilas. Esses aglomerados tinham considerável autonomia, inclusive para desaparecer quando a decadência da localidade levava a essa circunstância.

Essa rede seria capaz de garantir certa ordem, já que havia entre ela alguma integração, ainda que de forma dispersa e em um território bastante diverso, uma vez que todas as vilas se localizavam, pelo menos inicialmente, nas bocas e margens dos rios. Em volta de Belém, segundo a descrição de Candido Mendes (ALMEIDA, 1860), um cinturão era composto por várias aldeias, tanto em Marajó quando na porção oriental da foz do Amazonas; no século seguinte, seria realizada a mesma estratégia na porção oriental. Essas aldeias integrantes da

pequena (mas extensa) rede urbana garantiriam o domínio português do território; mais tarde, elas e outras em locais estratégicos virariam vilas e cidades. A transformação de um povoado, fortificação ou aldeia em vila (principalmente durante a gestão de Pombal, 1750/77) era a ratificação da política urbanizadora como instrumento de ordenamento territorial. As vilas, dessa forma, representavam a consolidação do domínio do território, aquilo que Azevedo (1956) chamou de “contas do rosário”, enquanto os demais assentamentos podiam desaparecer ou trocar de lugar, em grande parte em função do regime das águas. Esse conjunto garantia a vida material e espiritual da população.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A transmigração da família real trouxe as guerras napoleônicas para a região norte. De acordo com Casal (1817), a anexação da Guiana Francesa, que passou a fazer parte por um breve momento desta rede urbana com Caiena, faz parte desse contexto.

Com emancipação política ocorrida em 1822, muitos assentamentos se tornaram vilas pelo Brasil, mas isso não ocorreu na região norte. Em 1823 houve uma encomenda a Ladislau Baena pela Junta Provisória de um levantamento estatístico que ficou inconcluso. Com a necessidade de criação de municípios pela Lei de 1828, aquele estudo deveria ter sido levado em consideração, mas isso não ocorreu; houve, pelo contrário, o rebaixamento de algumas vilas a povoados.

A criação de municípios ratificou a importância de algumas vilas em função dos procedimentos administrativos que suas sedes tinham que desempenhar. A nova organização jurídica da província favoreceu e confirmou, portanto, a atração de núcleos que já continham a burocracia local. Como parte desse movimento de fortalecimento de alguns núcleos, várias vilas consolidadas foram rebaixadas a povoações ou sede de freguesias, como Mazagão, que passou a pertencer a Macapá, ou Portel, que passaria a fazer parte de Melgaço. O resultado foi uma acentuação da centralidade administrativa de núcleos como Belém, Barra do Rio Negro (Manaus) e Tapajós (Santarém), que eram sedes de comarcas. Por outro lado, Barcelos perde o domínio da região para Manaus e a maioria dos núcleos do oeste da província voltaram a ter nomes indígenas. Esse fato gerou descontentamentos de vários grupos dominantes locais, sendo uma das críticas ao governo de Bernardo Souza Franco e tido como um dos estopins da Cabanagem.

Para além da população que tinha a expectativa de melhoria de vida com a emancipação, frações dominadas da classe dominante se viram alijadas com essas mudanças. Havia, dessa

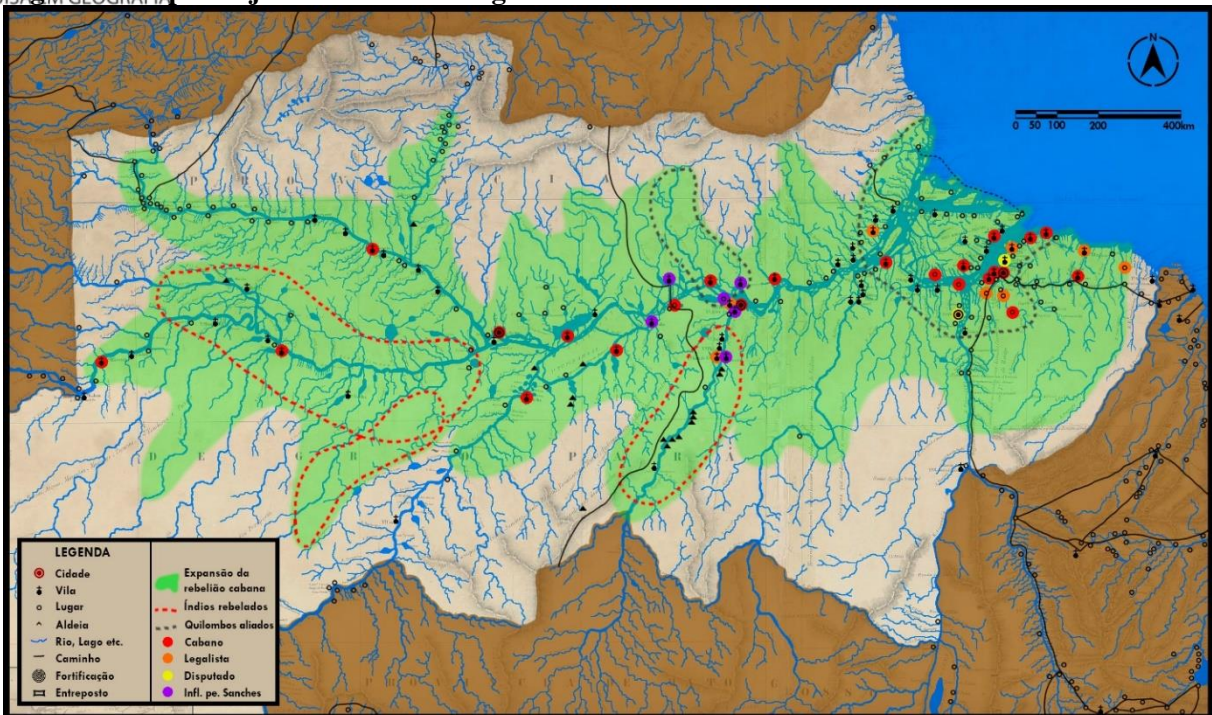
forma diferentes interesses unidos pelo descontentamento com o novo Estado imperial. A Cabanagem começou, dessa forma, com a tomada de Belém, única cidade e ponta de uma rede hierarquizada. Ainda que as tropas do governo a tivessem recuperado, o movimento se propagou pela rede urbana e sua contenção passou pela retomada desses assentamentos a partir de diferentes estratégias, entre as quais a destruição de núcleos, a criação de outros novos, as mudanças de localidade ou a elevação e diminuição de *status* administrativos.

Do ponto de vista do impacto das ações de coação nessa rede, percebe-se pelos documentos produzidos por Francisco José de Sousa Soares d'Andrea uma estratégia de repressão que envolvia os núcleos urbanos de duas formas. A primeira, já dita, o movimento de repressão através da mudança de lugar ou mesmo a destruição de alguns núcleos, garantindo momentaneamente a vitória. A segunda ação, de caráter mais longo, veio através da disciplinarização dos núcleos através de intervenções e normas. As obras públicas que foram executadas depois em toda a província visavam, entre outras coisas, o apagamento da memória cabana indígena nos lugares onde o conflito ocorreu. Ademais, o mais importante foi a avaliação de que a anarquia insidiosa fora provocada pela falta de normatização da vida nestes núcleos, principalmente nas vilas e na cidade.

A organização desses núcleos urbanos era uma das estratégias do governo para conter novas revoltas populares e para disciplinar as frações da classe dominante. Um núcleo, para ser considerado vila, segundo Andrea, deveria cumprir um conjunto de requisitos que passavam pela câmara e atender a toda uma burocracia, contemplando o jogo político entre os grupos dominantes locais. Já para a população em geral eram as posturas que regeriam a vida cotidiana, permitindo ações modernizadoras ou proibindo práticas tradicionais. A cidade de Belém, que capitaneava os processos decisórios, foi simbolicamente apropriada após os conflitos da Cabanagem através de uma reforma urbana que primava pela construção de espaços de poder (Figura 1).

Segundo Baena (1839), a maioria dos núcleos tinha normalmente uma rua que partia do rio, algumas casas com telhados de palha e uma igreja, também coberta de palha. Em 1800 havia 80 núcleos urbanos (uma cidade, 28 vilas e 51 aglomerados), já em 1833 eram 129 (uma cidade, 44 vilas e 84 aglomerados), mostrando que a emancipação política em 1822 não modificou a dinâmica de ocupação da região, mantendo Belém como a única cidade. No pós-Cabanagem, esse mesmo território, em 1842, possuía 171 núcleos, com vilas retornando a povoados e povoados sendo elevados a vilas, em municípios que possuíam uma Postura Urbana. A região em 1850, momento de constituição da nova província, estava dividida administrativa em 28 municípios e 88 freguesias. É essa rede que aqui é tratada como “conta do rosário”.

Figura 1. Mapa conjectural da Cabanagem na Província do Grão-Pará



Fonte: Spix e Martius, 1831; Baena, 1839; Saint-Adolphe, 1845; Niemeyer, 1846; Atlas Histórico do Brasil, 2016. Base: Niemeyer, 1846. Acervo: BNRJ.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenrolar da Cabanagem foi, na prática, a tomada de núcleos urbanos pelos cabanos, de Belém a Tefé pelo Amazonas, ainda que a região entre Belém e Cametá fosse a mais disputada. Algumas vilas foram importantes na manutenção e extensão do movimento, principalmente porque centralizavam apoios de grandes regiões.

Essa “cartografia em prosa” da Província do Grão Pará, assim definida por Maria do Carmo Gomes em seu ensaio para a reedição da obra de Saint-Adolphe em 2014 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), trazia uma interpretação desse território marcada pelas disputas políticas e ideológicas de uma nação em construção. Saint-Adolphe (1845) trouxe, através de linguagem enciclopédica, uma representação do Império brasileiro do início do Segundo Reinado, que buscava reiterar os esforços progressos de afirmação de uma unidade hipotética, através de sua descrição espacial. O conturbado período regencial aparece nos relatos sobre a região norte através do estabelecimento de Fazendas Nacionais, Colônias Militares, povoados, arraiais e vilas ao mesmo tempo em que as ruínas da guerra aparecem como o merecido espólio para o fortalecimento de um sentido de nação.

A rede descrita, composta em sua maioria de aglomerados que não tinham o *status* de vilas ou povoados, era fruto de uma política urbanizadora que garantiu o controle e





ordenamento territorial, composta de uma infinidade núcleos que não eram vilas e tinham inclusive a possibilidade de desaparecer. Essa era uma ação eficiente, visto que as regiões consolidadas puderam ser comandadas política e economicamente pelas poucas vilas e a única cidade, garantindo uma ordem, já que havia uma potente integração, ainda que de forma dispersa. Essa prática de mudança de sítio, reconstruindo os aglomerados em novos locais ou simplesmente transferindo sua população e seu patrimônio para outros já existentes e mais prósperos, ou de mudança de *status* de núcleos (elevação ou destituição) seria utilizada pelo presidente de província Soares d'Andrea como um importante instrumento de dominação da região no pós-Cabanagem. Isso foi possível porque, apesar de a rede urbana ser hierarquizada, ela era fluida.

Azevedo (1956) não investigou a rede urbana no período tratado, mas caracterizou os pequenos povoados da região amazônica por ocasião da emancipação política. A maioria estava localizada na beira dos rios, formando aquilo que ele denominou de aglomerados fluviais. Para ele, a sobrevivência dos núcleos estava ligada à presença da água e à facilidade de comunicações e, como a vida era presidida pelos rios, esses aglomerados formavam em sua margem verdadeiras “contas de um rosário” (AZEVEDO, 1956, p. 38).

Azevedo (1956) detalha ainda as principais características dos aglomerados fluviais e esse modelo interpretativo nos permite entender por que tanto os cabanos quanto as tropas da repressão tinham na tomada dos pequenos núcleos urbanos sua principal estratégia de controle do território, pois através dos povoados dava-se o domínio do uso dos rios. Um exemplo disto é o caso de Barcarena (antiga missão Geribié, fundada em 1709), cujo desenvolvimento foi produto da destruição de povoações próximas de S. Miguel de Murucupiquara, Majuquara, Madre de Deus e Carnapijó pelas tropas do governo imperial O processo da Cabanagem e sua repressão deu-se prioritariamente através dessa (re)tomada dos núcleos e, nesse processo, muitos povoados foram destruídos e desapareceram.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M. **Memórias para História do extinto Estado do Maranhão**. Rio de Janeiro: Tip. Brito e Braga, 1860. 1 vol.

ATLAS Histórico do Brasil: período das regências e revoltas. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2016. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/marcos/o-imperador-menino-e-os-regentes/mapas/cabanagem-extensao-do-movimento>>.



AZEVEDO, A. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva. **Boletim da FFCL** n. 208, Geografia n. 11. São Paulo, 1956.

BAENA, A. L. M. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Belém: Typ. de Santos & Menor, 1839.

BARRIGA, L. P. **Entre leis e baionetas**: independência e cabanagem no médio Amazonas (1808-1840). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

CASAL, M A. **Corografia brasílica ou relação histórico geográfica do reino do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1817. 2 vol.

CHAMBOULEYRON, R. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [Online], Débats, 2006. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/2260>>. Acesso em: 14/01/2022.

CRUZ, E. **História do Pará**. Belém: Governo do estado do Pará/Grafisa, 1973. 2 vol.

NIEMEYER, C. J. **Carta corographica do Império do Brazil**: Dedicada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ... / pelo Coronel Engenheiro e sócio effectivo Conrado Jacob de Niemeyer. Rio de Janeiro: Heaton & Rensburg, 1846. 1 mapa: litografado; 150 x 150cm. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart170429/cart170429.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart170429/cart170429.jpg)> . Acervo: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

SAINT-ADOLPHE, J. O. R. M. **Diccionario Geographico, histórico e descriptivo do Império do Brasil**. Paris: J. P. Aillaud, 1845. 2 vol.

SPIX, J. B.; MARTIUS, K. F. P. **Karte vom Amazonen Strome zur reisebeschreibung** / von Dr. von Spix und D. von Martius entworfen von c.v. Martius und oberlieut. Schwarzmann. München [Alemanha]: [s.n.], 1831. 1 mapa; 50 x 70,2cm. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart175995/cart175995.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart175995/cart175995.jpg)> . Acervo: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.